Encargos do ano de 1963 da Direcção-Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais respeitantes a subsídios de marcha e telefones	22 889\$30
	<u>36 477\$30</u>

Ministério do Ultramar

Consumo de água da Direcção-Geral de Economia referente ao ano de 1963	50\$10
--	--------

Ministério da Educação Nacional

Encargos do ano de 1963 respeitantes a luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza a liquidar pela Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Escola Industrial e Comercial de Pombal e Liceu de Gil Vicente . . .	62 323\$40
Encargos do ano de 1963 respeitantes a telefones a liquidar pela Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional, Faculdades de Ciências e Letras, Escola de Farmácia e reitoria, secretaria e tesouraria da Universidade de Lisboa	22 020\$10
Encargos do ano de 1963 com a assinatura do <i>Diário do Governo</i> a liquidar pelas Direcções dos Distritos Escolares do Faro e Porto	410\$00
Encargo do ano de 1963 da Direcção do Distrito Escolar de Beja respeitante às assinaturas do <i>Diário do Governo</i> e do boletim de acção educativa <i>Escola Portuguesa</i>	300\$00
Despesas de transportes da Direcção-Geral do Ensino Técnico Profissional do ano de 1963	6 217\$00
Encargo do ano de 1963 respeitante a matérias-primas a liquidar pela Escola Industrial e Comercial de Pombal	685\$90
Encargo do ano de 1963 referente a alimentação, vestuário e calçado a liquidar pela Escola de Regentes Agrícolas de Santarém	1 911\$00
	<u>93 867\$40</u>

Ministério da Economia

Despesas com a assistência clínica prestada no ano de 1963 a um escritório de 2.ª classe da Direcção-Geral dos Serviços Industriais vítima de acidente ocorrido em serviço	420\$00
Despesas do ano de 1963 referentes a telefones e a luz, aquecimento, água, lavagem e limpeza a liquidar pela Secretaria-Geral do Ministério e pela Direcção-Geral dos Serviços Industriais	21 948\$10
Encargo do ano de 1963 respeitante a participações em multas a liquidar pela Direcção-Geral dos Serviços Pecuários	10 597\$00
	<u>32 965\$10</u>

Ministério das Comunicações

Despesas com telefones do ano de 1963 a liquidar pela Secretaria-Geral do Ministério	3 505\$90
--	-----------

Art. 2.º Ficam igualmente autorizados os Hospitais Civis de Lisboa a satisfazer, pela verba consignada a despesas de anos económicos findos no seu actual orçamento privativo, a quantia de 217\$50 respeitante a despesas com telefones.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Junho de 1964. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — José Gonçalo da Cunha Sottomayor Correia de Oliveira — Manuel Gomes de Araújo — Alfredo Rodrigues dos Santos Júnior — João de Matos Antunes Varela — António Manuel Pinto Barbosa — Joaquim da Luz Cunha — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — Alberto Marciano Gorjão Franco Noqueira — Eduardo de Arantes e Oliveira — António Augusto Peixoto Correia — Inocêncio Galvão Teles — Luís Maria Teixeira Pinto — Carlos Gomes da Silva Ribeiro — José João Gonçalves de Proença — Francisco Pereira Neto de Carvalho.

MINISTÉRIO DA MARINHA**Estado-Maior da Armada****Decreto n.º 45 768**

Considerando que o destacamento n.º 8 de fuzileiros especiais, em diversas acções em que tem tomado parte na província da Guiné, e em especial na operação «Tridente», se tem comportado sempre de uma forma entusiástica, brilhante e extraordinariamente corajosa, revelando um elevadíssimo espírito de corpo e uma eficiência em combate dificilmente igualada, sem que a sua combatividade tivesse quebra apesar das várias baixas sofridas;

Tendo em atenção o louvor colectivo que lhe foi concedido pelo comandante-chefe das forças armadas da Guiné, que o considera unidade de *élite* que prestigia as forças armadas e é o orgulho dos chefes que têm a honra de o comandar;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. Nos termos do artigo 13.º do Decreto n.º 35 667, de 28 de Maio de 1946, é conferida a medalha da cruz de guerra de 1.ª classe ao destacamento n.º 8 de fuzileiros especiais.

Publique-se e cumpra-se como nele se contém.

Paços do Governo da República, 19 de Junho de 1964. — AMÉRICO DEUS RODRIGUES THOMAZ — António de Oliveira Salazar — Manuel Gomes de Araújo — Fernando Quintanilha Mendonça Dias — António Augusto Peixoto Correia.

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública

De harmonia com as disposições do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 25 299, de 6 de Maio de 1935, se publica que S. Ex.ª o Ministro da Marinha, por seu despacho de 5 de Junho do corrente ano, autorizou, nos termos do § 2.º do artigo 17.º do Decreto com força de lei n.º 16 670, de 27 de Março de 1929, as seguintes transferências de verbas no orçamento vigente deste Ministério.

CAPÍTULO 3.º**Superintendência dos Serviços da Armada****Oficiais da corporação da Armada**

Artigo 24.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Vencimentos»:

1. «Pessoal dos quadros e além dos quadros»	<u>1 255 000\$00</u>
---	----------------------

Para o n.º 2) «Gratificações, nos termos do Decreto-Lei n.º 30 249, de 30 de Dezembro de 1939»:

1. «Serviço prestado nas unidades em Lisboa (n.º 1.º do artigo 2.º)»	+ 450 000\$00
3. «Serviço Hidrográfico (n.º 4.º do artigo 2.º)»	+ 30 000\$00
4. «Desempenho de funções especiais (n.º 5.º do artigo 2.º)»	+ 750 000\$00
6. «Desempenho de funções no Instituto Superior Naval de Guerra (artigo 19.º)»	+ 25 000\$00
	<u>1 255 000\$00</u>

Sargentos e praças da Armada

Artigo 27.º «Remunerações certas ao pessoal em exercício»:

Do n.º 1) «Vencimentos do pessoal dos quadros e além dos quadros»	— 50 000\$00
Para o n.º 3) «Gratificações, nos termos do Decreto-Lei n.º 30 249, de 30 de Dezembro de 1939»:	
2. «Serviço hidrográfico (n.º 3.º do artigo 12.º)»	+ 50 000\$00

Conforme o preceituado no artigo 14.º do Decreto n.º 45 459, de 23 de Dezembro do ano findo, as referidas alterações orçamentais mereceram, por despacho de 8 de Junho corrente, a confirmação de S. Ex.ª o Subsecretário de Estado do Orçamento.

6.ª Repartição da Direcção-Geral da Contabilidade Pública, 12 de Junho de 1964. — O Chefe da Repartição, *Carlos Romero Ivo de Carvalho*.

2.º Reforçar com a importância de 400 000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 1684.º, n.º 13), alínea a) «Encargos gerais — Diversas despesas — Despesas com valores selados — A pagar na metrópole», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor da província de Angola, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 4.º, artigo 125.º, n.º 1) «Administração geral e fiscalização — Instituto do Trabalho, Previdência e Acção Social — Despesas com o pessoal — Remunerações certas ao pessoal em exercício — Pessoal dos quadros aprovados por lei», da referida tabela de despesa.

Ministério do Ultramar, 19 de Junho de 1964. — Pelo Ministro do Ultramar, *Joaquim Moreira da Silva Cunha*, Subsecretário de Estado da Administração Ultramarina.

Para ser publicada no *Boletim Oficial* de S. Tomé e Príncipe e Angola. — *J. da Silva Cunha*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares

Aviso

Por ordem superior se faz público que, conforme comunicação do Conselho de Cooperação Aduaneira à Embaixada de Portugal em Bruxelas, foram depositados pela Suécia, junto do secretário-geral daquele Conselho, em 19 de Março de 1964, os instrumentos de ratificação das seguintes convenções:

- Convenção aduaneira relativa à importação temporária de material profissional e seus anexos A, B e C.
- Convenção aduaneira relativa às facilidades concedidas para a importação das mercadorias destinadas a serem apresentadas ou utilizadas em exposições, feiras, congressos ou manifestações semelhantes.

Direcção-Geral dos Negócios Económicos e Consulares, 2 de Junho de 1964. — O Director dos Serviços dos Organismos Económicos Internacionais, *Carlos Augusto Fernandes*.

MINISTÉRIO DO ULTRAMAR

Direcção-Geral de Fazenda

Portaria n.º 20 639

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro do Ultramar, nos termos do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 23 367, de 18 de Dezembro de 1937, o seguinte:

1.º Reforçar com a importância de 5000\$ a verba do capítulo 10.º, artigo 298.º, n.º 4), alínea c) «Encargos gerais — Diversas despesas — Passagens a estudantes, nos termos dos Decretos n.ºs 39 297, de 29 de Julho de 1953, e 39 362, de 16 de Setembro de 1953 — Passagens de regresso», da tabela de despesa ordinária do orçamento geral em vigor da província de S. Tomé e Príncipe, tomando como contrapartida igual importância a sair das disponibilidades existentes na verba do capítulo 10.º, artigo 298.º, n.º 7) «Encargos gerais — Diversas despesas — Seguro dos edifícios do Estado», da referida tabela de despesa.

Direcção-Geral do Ensino**Decreto n.º 45 769**

Tornando-se necessário pôr em execução o regime de bolsas-empréstimos previsto no artigo 9.º do Decreto n.º 45 240, de 11 de Setembro de 1963;

Ouvido o Conselho Ultramarino;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 150.º da Constituição, o Ministro do Ultramar decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É constituído na Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos um fundo destinado a suportar os encargos com as bolsas-empréstimos previstas no Decreto n.º 45 240, de 11 de Setembro de 1963.

Art. 2.º O referido fundo sairá dos subsídios atribuídos à Organização Nacional Mocidade Portuguesa pelo Ministério do Ultramar e, eventualmente, de empréstimos ou doações, de entidades de direito público ou privado, a ele destinados.

Art. 3.º Será administrado conjuntamente pelos comissários adjuntos para o ultramar da Organização Nacional Mocidade Portuguesa e destina-se a contemplar os naturais das províncias ultramarinas que frequentemente na metrópole quaisquer dos cursos a que se refere o citado Decreto n.º 45 240.

Art. 4.º Os concorrentes às bolsas-empréstimos ficam sujeitos à disciplina prevista no diploma atrás citado, comprometendo-se a assinar um contrato com a Procuradoria, do qual constarão as seguintes cláusulas:

1.º Número de anos de duração da bolsa-empréstimo, o qual será no mínimo o do curso que se propõem frequentar, acrescidos no máximo de um ano por cada dois de duração do curso.

2.º Compromisso, apoiado em fiador idóneo, de satisfação do encargo contraído, no montante de $\frac{1}{10}$ dos seus vencimentos certos, logo que obtenham colocação, e não em mais de 60 prestações, considerando-se que essa colocação deverá ser conseguida até 6 meses após a conclusão do curso e estágios indispensáveis à obtenção da colocação para o qual normalmente ambos dão habilitações.

3.º Compromisso de não mudar de curso ou de estabelecimento de ensino, a não ser com autorização da Procuradoria dos Estudantes Ultramarinos e só em caso de força maior, devidamente comprovado.

4.º O montante da bolsa-empréstimo, que não poderá exceder o previsto no artigo 34.º do Decreto n.º 45 240.